



## A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NO AMBIENTE INSTITUCIONAL

Isaura Lays Sá Fernandes de Souza <sup>1</sup>

### RESUMO

A psicopedagogia é uma área de conhecimento que tem gerado grande interesse nos profissionais ligados à educação, na medida em que é almejado, no contexto atual, assegurar a efetivação da aprendizagem e minimização do fracasso escolar nos ambientes educativos. A presente pesquisa é resultado dos estudos e pesquisas abrangidos na especialização em Psicopedagogia Institucional. E tem como finalidade fazer uma breve análise sobre os aspectos históricos, legais, objeto de estudo e área de atuação do Psicopedagogo. Justificando-se pela reflexão diante da necessidade de disseminar informações concernentes a esta profissão. Para tanto, foi feito um estudo bibliográfico, de modo a contextualizar e problematizar a investigação empreendida. Acorando-se nos pressupostos teóricos de Andrade (2004), Bossa (2007), Fagali e Vale (1993), Weiss (2012), entre outros. Através da análise dos dados foi possível identificar que no complexo processo que envolve a aprendizagem, revela-se significativa a atuação preventiva e/ou terapêutica do psicopedagogo, onde muitas informações e vários aspectos têm e devem ser observados e considerados para prevenir o aparecimento de outras dificuldades não só educativas, mas de formação integral/inclusiva do sujeito aprendente.

**Palavras-chave:** Escola, Aprendizagem, Psicopedagogo.

### INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, o campo de conhecimento da Psicopedagogia tem sido frequentemente solicitado na sociedade, na medida em que é almejado assegurar a efetivação da aprendizagem e minimização do fracasso escolar nos ambientes educativos.

A Psicopedagogia possui como objeto de estudo a aprendizagem humana, dispendo como objetivo a compreensão acerca dos padrões evolutivos normais e patológicos do processo de aprendizagem do sujeito, considerando a influência da família, da escola e da sociedade nesse processo.

Sendo uma ciência em construção, a Psicopedagogia faz interlocução com outras ciências, entre elas “[...] Filosofia, Neurologia, Sociologia, Linguística, Psicanálise, Psicologia Genética, Psicologia Social e da Linguística” (LOMONICO, 1992, p.15).

---

<sup>1</sup> Graduada pelo Curso de **Pedagogia** da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Campus do Sertão. Pós-graduanda em **Psicopedagogia Escolar** pelo Centro Universitário Maurício de Nassau – UNINASSAU. Professora da Educação Básica na Secretária Municipal de Educação de Delmiro Gouveia – SEMED/AL. E-mail: [layysfernandes@outlook.com.br](mailto:layysfernandes@outlook.com.br).



Articulando-se também, ao campo teórico da Pedagogia e Psicologia Geral, unindo educação e saúde para compreender o processo de ensinagem e aprendizagem humana.

Como se preocupa com o problema de aprendizagem, ela ocupa-se inicialmente do aprender humano, estudando as características: como se aprende, como essa aprendizagem varia evolutivamente e está condicionada por diversos fatores, como se produzem as alterações na aprendizagem, como reconhecê-las, tratá-las, preveni-las, entre outros. Deste modo, a atuação do profissional dessa área pode ocorrer em todos os contextos onde haja aprendizagem, a saber: escolas, empresas, clínicas, etc.; alternando a atuação/intervenção a partir das especificidades do sujeito e contexto do local de trabalho.

A presente pesquisa é resultado dos estudos e pesquisas abrangidos na especialização em Psicopedagogia Institucional. E tem como finalidade fazer uma breve análise sobre os aspectos históricos, legais, objeto de estudo e área de atuação do Psicopedagogo. Justificando-se através da reflexão diante da necessidade de disseminar informações concernentes a esta área, enquanto aspectos históricos, de atuação profissional e de relevância aos ambientes educativos e clínicos. Acreditando que será útil a outros pesquisadores que estudam e buscam conhecer esse campo de conhecimento, para promover a análise e entendimento sobre o sujeito social, cultural, global e aprendente<sup>2</sup>.

## **METODOLOGIA**

O estudo configura-se como pesquisa bibliográfica, com abordagem de cunho qualitativo, onde os dados foram analisados, buscando seus significados, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto (GIL, 1999). Para tanto, foi feito inicialmente a etapa de mapeamento científico, a fim de levantar todas as referências encontradas sobre o tema central do trabalho (CERVO; BERVIAN, 2002).

De acordo com Alvez-Mazzotti (2002) a revisão de literatura ou revisão bibliográfica têm o propósito da construção de uma contextualização para o problema e a análise das possibilidades presentes na literatura consultada para a concepção do referencial teórico da pesquisa. Com o material coletado realizou-se a leitura e fichamento dos arquivos encontrados em livros, periódicos, revistas e instrumentos (leis, pareceres, resoluções acerca da regulamentação da atividade de Psicopedagogia), com escopo de atingir os objetivos propostos.

---

<sup>2</sup> Aprendente – termo usado na Psicopedagogia Argentina para se referir ao aluno.



Para que a elaboração do ensaio favorecesse a contextualização e problematização da investigação empreendida, utilizou-se alguns descritores durante o levantamento bibliográfico, como: Psicopedagogia; Psicopedagogo; Institucional; Clínica; Aprendizagem; Dificuldade; Educação; Saúde. Através das plataformas de sites científicos, como: O Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico, O periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), entre outros.

## **BREVE PERCURSO HISTÓRICO DA PSICOPEDAGOGIA**

A Psicopedagogia incidiu com a precisão de um melhor entendimento acerca do processo de aprendizagem. Tornando-se uma área de estudo específica que busca conhecimento em outros campos, tendo como objeto próprio de estudo o processo de aprendizagem humana, com seus padrões de desenvolvimento e a influência do meio nesse processo (BOSSA, 2007).

Historicamente, a Psicopedagogia emergiu na Europa, ainda no século XIX, sustentada pela preocupação com os problemas de aprendizagem encontrados e a necessidade de justificar as desigualdades sociais. Todavia, o ano preciso ainda não é um dado consensual na literatura, mas, afirma-se que o período foi marcado pelo surgimento de teorias relacionadas à ciência, como a teoria evolucionista de Charles Darwin que enquadravam o homem em esquemas da evolução biológica e abolia as linhas divisórias das ciências naturais, humanas e sociais. O que provocou a Psicologia e as Instituições escolares o estudo e a aplicação de testes através da procura por descobrir o motivo das diferenças encontradas no rendimento de seus alunos (BOSSA, 2007).

Os primeiros Centros Psicopedagógicos foram criados por Juliette Favez-Boutonier e George Mauco em 1946 na Europa, com a finalidade de desenvolver um trabalho voltado para as crianças que possuíam problemas de aprendizagem e/ou comportamentais, para serem atendidas por uma equipe que unia as áreas da Psicologia, Psicanálise e Pedagogia (BOSSA, 2007).

De acordo com Masini (1993), o termo “psicopedagógico” foi utilizado na nomenclatura desses centros em substituição à expressão “médico-pedagógico”, já que era mais fácil a aceitação pelos pais das crianças o encaminhamento dos seus filhos a consultas psicopedagógicas, do que médicas. A prática da reeducação estabelecida consistia em identificar e tratar dificuldades de aprendizagem a partir de ações de medição, de classificação



de desvios e de elaboração de planos de trabalho. Deste modo, predominava o enfoque médico/pedagógico, com base nos conhecimentos das áreas da educação e saúde – Psicologia, Psicanálise e Pedagogia.

Diferenciar os que não aprendiam, apesar de serem inteligentes, daqueles que apresentavam alguma deficiência mental, física ou sensorial era uma das preocupações da época. Logo, através da união, Psicologia-Psicanálise-Pedagogia, era esperado conhecer a criança e o seu meio, para que fosse possível compreender o caso para determinar uma ação reeducadora e assim readaptá-la com seus comportamentos considerados socialmente inadequados na escola e no ambiente familiar; ou contribuir de certo modo para o desaparecimento de seus sintomas. Um tipo de atuação que recebeu, conforme Drouet (1995), o nome de “Psicopedagogia Curativa” ou “Pedagogia Curativa” e designava, além de uma ação de reeducação especializada, exercícios de readaptação

O famoso professor de Psicologia Édouard Claparède, em 1898, juntamente com o neurologista François Neville, introduziu nas escolas públicas da época as "classes especiais", destinadas à educação de crianças com retardo mental. Uma iniciativa registrada como a primeira de médicos e educadores no campo da reeducação. Em seguida, entre os anos de 1904 e 1908 as primeiras consultas médico-pedagógicas são iniciadas, tendo como intento o encaminhamento de crianças para as classes especiais, para que houvesse o atendimento de portadores de deficiências sensoriais, debilidade mental e demais problemas que pudessem comprometer a aprendizagem (COSTA, et al., 2013).

Nos Estados Unidos, o movimento acontecia de modo similar, mas com ênfase nos aspectos médicos. A partir de 1956 é que se dá início a formação universitária em Psicopedagogia, na Argentina com Arminda Aberastury. E na década de 70, surgem os Centros de Saúde Mentais localizados em Buenos Aires, possuindo equipes de psicopedagogos que atuavam no diagnóstico e no tratamento dos casos. No Século XX, surgem os primeiros centros para atendimento as crianças com “aprendizagem mais lenta”, através de espaços de reeducação para delinquentes e escolas particulares (BOSSA, 2007).

A Psicopedagogia passou a despertar a atenção de vários países e pesquisadores que demonstravam preocupação com os altos índices de fracassos escolares, passando a buscar novas alternativas de trabalho. Um destes países foi a Argentina, que deu um enfoque especial a área, considerando-a como uma carreira profissional (PERES, 1998).

A Psicopedagogia no Brasil, chegou através da Argentina, sua maior influenciadora, a partir dos anos 60. Num momento que diversos países latinos contavam com governos



ditatoriais e vivenciavam a lógica do medo e do silêncio em seus territórios. Por essa razão, ela chega até nós de forma clandestina, por intermédio de seus exilados políticos (ANDRADE, 2004). Diante de tais influências, a Psicopedagogia brasileira também se construiu sob um enfoque médico/pedagógico e com uma natureza mais prática do que acadêmica.

A literatura nos revela que a Psicopedagogia brasileira tinha como propósito a atuação nas problemáticas referentes às disfunções neurológicas ou no que foi denominado na época de “Disfunção Cerebral Mínima” (DCM). Uma tendência que se firmou por volta dos anos 70, ilustrando a interpretação daquele período: a de psiconeurológica do desenvolvimento humano, sustentada numa visão orgânica e patologizante sobre os problemas de aprendizagem.

No princípio, essa visão patologizante era aplicada somente nos consultórios particulares, mas logo acabou chegando às escolas sem nenhum critério, num processo de rotulação de crianças e adolescentes. O rótulo DCM foi apenas um dentre os vários diagnósticos empregados para camuflar problemas sócio/pedagógicos presentes na sociedade no período, que eram traduzidos em termos da psicologia individual para esse fim, como: dislexia, disritmia e outros (BOSSA, 2007).

Ainda na década de 70, através dessa herança conceitual médico/pedagógica, nascem os primeiros cursos de Psicopedagogia no país, sob a intencionalidade de ofertar um complemento para a formação do psicólogo e do educador. Inicialmente, esta formação se dava na Clínica Médico/Pedagógica de Porto Alegre, aos profissionais em Psicopedagogia.

Ramos (2009) salienta que,

[...] durante muito tempo esse tipo de curso ter sido raridade no contexto nacional, com o passar dos anos, as especializações e os cursos de aperfeiçoamento se expandiram, proliferando-se, sobretudo por volta da década de 90. Em princípio, eles se concentravam nas Faculdades de Educação do estado de São Paulo. Em seguida, espalharam-se por todo o território brasileiro. Ao trilhar esse caminho, a formação do psicopedagogo brasileiro acabou afastando-se, e muito, de sua matriz argentina. Isso porque, enquanto nesse país a formação do psicopedagogo continuou a dar-se por meio de cursos de graduação de aproximadamente cinco anos, o Brasil perpetuou a tradição de uma formação mais aligeirada, por volta de um ano, em nível de especialização *lato sensu* ou em cursos de aperfeiçoamento, nas modalidades presencial, semipresencial e a distância (RAMOS, 2009, p. 13).

Apesar da sua expansão nacionalmente, com cursos diversos e pesquisas na área, vale frisar que a profissão de psicopedagogo ainda não foi nacionalmente regulamentada. E nesse trajeto de busca da legalização, destaca-se o Projeto de Lei Federal, nº. 3124 de 1997, do deputado federal Barbosa Neto de Goiás, os quais dispõem sobre a regulamentação da profissão



de psicopedagogo no país, bem como cria os Conselhos Regionais de Psicopedagogia e dá outras providências. Atualmente, o referido projeto se encontra em situação de arquivado, nos restando esperanças para que a aprovação venha a se efetivar, para consolidar e legitimar como profissão a Psicopedagogia no Brasil.

A Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp), foi criada em 1980 em São Paulo, sendo um marco inicial na direção da institucionalização da profissão de psicopedagogo. Tornando-se uma entidade de representação do grupo que cadastrava seus profissionais, atuando na consolidação da identidade legal da categoria, na elaboração, publicação e revisão de conhecimentos e tendências na área, bem como na organização de eventos (BOSSA, 2007).

No biênio 1991/1992 a ABPp criou e aprovou durante uma assembleia geral realizada no “V Encontro” e “II Congresso de Psicopedagogia”, o Código de Ética da Associação Brasileira de Psicopedagogia, tendo como intento, entre outros fins, delimitar os objetivos da Psicopedagogia e a identidade do psicopedagogo no Brasil. O referido código se encontra atualizado pela Comissão de Ética, com anuência do Conselho Nacional da ABPp triênio 2017/2019, aprovado em Assembleia Geral realizada em 26/outubro 2019; e está disponível na página eletrônica da Associação no item “Documentos e Referências.

Vale salientar também, o Projeto de Lei nº 128/2000, de autoria do Deputado Claury Santos Alves da Silva, que foi aprovado em 2001, em São Paulo. A Lei estabelece a assistência psicopedagógica em todas as instituições de Ensino Básico, da rede Pública do Estado de São Paulo, de modo a propiciar o diagnóstico e a prevenção de problemas de aprendizagem, enfocando o aluno e a instituição de ensino. Uma ótima alternativa assistencialista que poderia ser ampliada para as demais instituições educativas dos Estados/Municípios brasileiros.

E diante da formação profissional, atualmente no Brasil, Costa et al. (2013) evidencia que está é feita em cursos de graduação e pós-graduação em instituições de Ensino Superior. Havendo quatro cursos de graduação, sendo um no Centro Universitário FIEO, em Osasco-SP e três em instituições no Rio Grande do Sul - Centro Universitário La Salle – (UNILASALLE), Centro Universitário (FEEVALE) e Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS) e diversos cursos de pós-graduação lato sensu espalhados pelos estados brasileiros.



## AS ÁREAS DE ATUAÇÃO DA PSICOPEDAGOGIA

Nos primórdios de seu desenvolvimento, a Psicopedagogia utilizava-se apenas de instrumentos de atuação diagnóstica, de intervenção e de prevenção, oriundos dos campos médico e psicológico. No entanto, nos dias atuais, a referida área tem atuado por meio de métodos próprios, privilegiando o trabalho coletivo entre as áreas da educação e da saúde, sob um viés prático inter, trans e multidisciplinar.

Há duas fortes tendências de ação da Psicopedagogia: a de caráter clínico e a de caráter preventivo. A atuação *clínica* é caracterizada pelo objetivo de reintegrar o sujeito com problemas de aprendizagem ao processo, através da atuação do profissional em consultórios e hospitais, possuindo uma conotação mais individualizada. Entretanto, a atuação *preventiva* tem o desígnio de refletir/discutir os projetos pedagógico-educacionais, os processos didático-metodológicos e a dinâmica institucional, de maneira a proporcionar uma melhora qualitativa nos procedimentos de ensino em sala de aula (nas avaliações e planejamentos), ofertando assessoramento aos orientadores, professores, etc.; ocorrendo dentro da própria instituição – escola, creche, centro de habilitação (FAGALI; VALE, 1993).

Bossa (2007) destaca que apesar da distinção entre as áreas de atuação que constam na literatura, temos que reconhecer que há em toda ação psicopedagógica um caráter clínico, posicionada na atitude do profissional em investigar a situação como um caso particular e único. Do mesmo modo, que no trabalho clínico também pode haver uma natureza preventiva, quando se trata um determinado problema, buscando evitar outros.

Para que um trabalho psicopedagógico tenha eficácia, o profissional deverá considerar os aspectos globais que envolvem o indivíduo – físicos, emocionais, psicológicos e sociais. A intervenção deste profissional pode se dar tanto na escola com um caráter preventivo – assim utilizamos a nomenclatura Psicopedagogia Institucional, quanto em clínicas particulares ou centros de saúde com caráter terapêutico – assim utilizamos o termo Psicopedagogia Clínica.

No entanto, é necessário ter em mente que segundo o artigo 6º do código de ética do psicopedagogo, que “estarão em condições de exercício da Psicopedagogia os profissionais graduados e/ou pós-graduados em Psicopedagogia como também, os profissionais com direitos adquiridos anteriormente à exigência legal e os profissionais reconhecidos pela ABPp” (ABPp, 2019).

E sobre esse exercício, existem diferentes recursos, técnicas e metodologias que podem ser adotadas numa intervenção psicopedagógica, seja ela de caráter terapêutica ou



preventiva. A escolha de cada uma dependerá do quadro e contexto analisado. A ludicidade compõe boa parte de tal metodologia, pois através de jogos e brincadeiras, por exemplo, o psicopedagogo pode interferir no desenvolvimento do sujeito, estimulando a sua criatividade, verificando como lida com as situações, proporcionando momentos de lazer e estabelecimento de contatos sociais. Podemos citar outras estratégias/técnicas de atuação e identificação do diagnóstico, como: Entrevista Familiar Exploratória Situacional – EFES; Entrevista de Anamnese; Sessões Lúdicas Centradas na aprendizagem (para Criança); Complementação com provas e testes (se necessário); Síntese Diagnóstica – Prognóstico (WEISS, 2012)

## **CONTRIBUTOS DA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA ESCOLA**

Como abordado anteriormente, esta área de atuação acontece em escolas e espaços educativos tendo por objetivo prevenir as dificuldades de aprendizagem e, conseqüentemente, o fracasso escolar. Em função do novo contexto educacional do ensino regular<sup>3</sup> que tem recebido paulatinamente crianças com necessidades educacionais especiais, a Psicopedagogia Institucional assume um importante papel enquanto auxílio aos professores, pais e a equipe pedagógica no trabalho com a inclusão escolar; uma vez que, somente conceder a vaga à criança com necessidades especiais não é suficiente, é preciso acompanhamento, intervenção e orientação (BOSSA, 2007).

Segundo Fernández (1990), a atuação psicopedagógica na escola é crucial enquanto ação preventiva, pois as crianças e adolescentes que não recebem atendimento neste ambiente, poderão bloquear a aprendizagem, necessitando possivelmente de um atendimento clínico. E este aluno, ao chegar neste outro ambiente, contesta o seu fracasso na aprendizagem, enquanto falha na devida atenção que deveria ter sido dada ao problema na escola e a escuta/expressão dos seus sentimentos e necessidade. Tal fato, faz com que este sujeito perda o interesse pelo ambiente de aprendizagem, por não ver sentido no aprender.

A prática psicopedagógica favorece na minimização do fracasso escolar de alguns alunos, por intervir no processo de ensino e aprendizagem, com avaliação e diagnóstico das

---

<sup>3</sup> O artigo 208 da Constituição Federal de 1988, que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, afirma que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), também repete em seu Art. 54, Inciso III, o mandamento constitucional que obriga o Estado a assegurar à criança “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Reafirmando-se no Art. 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial”.



possíveis dificuldades patológicas educacionais do sujeito aprendiz. Ao intervir, o profissional lida diretamente com tais empecilhos, através da reflexão acerca dos processos objetivos e subjetivos vivenciado pelo indivíduo nas suas relações com o conhecimento. Considerando num sentido amplo a cognição, o desejo e a simbologia que cada um atribui aos objetivos externos por meio de suas representações de objeto inconsciente que interferem nas relações com o conhecimento.

O profissional da psicopedagogia atua na prevenção dos problemas de aprendizagem visando obter a solução, tendo como enfoque o aprendiz ou a instituição de ensino como um todo. Conforme Lomonico (1992), dentro ou fora do ambiente escolar a atuação pode ocorrer preventivamente ou terapêuticamente:

Preventivamente, ele atua juntos aos professores, pais, e técnicos, de vários modos:

- Proporcionando condições para análise e reflexão sobre o papel da escola;
- Proporcionando condições para que as situações de ensino sejam percebidas e organizadas, de acordo com o desenvolvimento dos alunos, mediante conhecimento e reflexão sobre habilidades e princípios que são pré-requisitos para as aprendizagens;
- Auxiliando toda equipe escolar na determinação, escolha e elaboração dos objetivos educacionais, das estratégias de ensino e dos instrumentos de avaliação;
- Proporcionando condições para a ação e reflexão sobre os erros metodológicos dos professores e erros dos alunos, a fim de encontrar soluções mais acessíveis para os mesmos.

Numa linha terapêutica, ele poderá:

- Discutir e, se necessário, preparar e/ou ajudar o professor para a realização de atendimento psicopedagógico a grupos de alunos (5 a 8 anos) ou individualmente;
- Participar do diagnóstico dos distúrbios específicos de aprendizagem;
- Dar atendimento psicopedagógico a grupos de alunos, quando dispuser de tempo;
- Auxiliar professor na compreensão de problema de aprendizagem e/ou bloqueio de aprendizagem, de modo que ele levante alternativas de ação para solução dos mesmos (LOMONICO, 1992, p.19).

Neste movimento de identificar as possíveis interferências no processo de ensino e aprendizagem do contexto envolvido, o psicopedagogo muitas vezes se depara com docentes que não percebem o modo como estão ensinando e nem a maneira da criança aprender, o que implica numa discordância nesse ínterim. A atuação do profissional, deve ser a de orientar o professor a fim de encontrar a melhor forma de ajudar a criança que apresenta dificuldade no aprender. Logo, é importante um bom relacionamento entre psicopedagogo/professor/equipe escolar para que juntos busquem as possíveis possibilidades de intervenção. E quando estas se esgotarem e se fizerem precisas, o coletivo em parceria promove o encaminhamento da criança para outros profissionais, como: psicólogo, fonoaudiólogo, neurologista.

Antes de rotular uma criança com este ou aquele “distúrbio” é imprescindível ter uma visão ampla da situação e entender que as dificuldades de aprendizagem possuem várias



causas e podem estar ligadas a fatores internos ou externos. Em dadas circunstâncias, basta apenas um olhar sensível e uma escuta apurada para ser feita a identificação do problema e de como lidar com ele para poder solucioná-lo. Vercelli (2007) argumenta que boa parte das crianças que são encaminhadas para atendimentos psicopedagógicos e psicológicos sem causa aparente, colaborando nesse caso para uma ameaça a autoestima do sujeito aprendente. Mas, para evitar que isso aconteça, a instituição que recebe o profissional psicopedagogo precisa confiar nele e na sua atuação, estando aberta a uma relação recíproca, ao diálogo, a troca mútua de conhecimentos e mudanças caso seja preciso.

Contudo, entende-se que cada espaço educativo tem seu método, suas necessidades e expectativas e o psicopedagogo deverá percebê-las para cumprir efetivamente seu papel. E à instituição escolar cabe oferecer condições para que a criança permaneça no ambiente por meio de práticas de ensino alternativas e inclusivas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O levantamento teórico evidenciou que: o percurso histórico da Psicopedagogia contou com um caminho de vários percalços, com algumas conquistas, mas muito o que ser feito para que se obtenha o seu devido reconhecimento; da relevância do profissional desta área, os quais discuti e atua sobre a aprendizagem humana; e da ABPp com seu papel imprescindível na difusão e mapeamento da Psicopedagogia nos distintos Estados do Brasil.

Há poucos materiais referentes ao tema/profissão demonstrando assim que a difusão de informações sobre essa área se fazem necessárias à medida que refletimos sobre as situações de ensinagem e aprendizagem humana em seus diferentes contextos e modalidades. Essa área do conhecimento tem contribuído bastante para uma melhor compreensão da realidade do aprendente com dificuldade no aprender. Enquanto atuação trata de transtornos de modo tanto preventivo quando terapêutico, o que possibilita ao psicopedagogo proporcionar condições para que a conjuntura de ensino seja percebida e organizada, mediante conhecimento acerca das habilidades e princípios inerentes ao processo em questão.

Com o aporte teórico ficou entendível que na instituição escolar a atuação desse profissional é indispensável, pois ele analisa a situação/problema de aprendizagem vivida pelo discente, trabalhando para solucioná-la e com esse trabalho poderá prevenir o aparecimento de outras dificuldades não só educativas, mas de formação integral/inclusiva desse sujeito aprendente.



Contudo, o trabalho realizado buscou apresentar uma análise e reflexões gerais a temática abordada, defendendo uma prática psicopedagógica que atue de modo abrangente entre saberes, instrumentos e diagnósticos realizados. Que não se limite a focar unilateralmente o sujeito objeto da queixa, mas que esteja preparada por um embasamento científico e ético para uma leitura mais dinâmica e ampla sobre o sujeito e sua aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

ABPp. **Código de Ética da Associação Brasileira de Psicopedagogia**. Disponível em: [https://www.abpp.com.br/documentos\\_referencias\\_codigo\\_etica.html](https://www.abpp.com.br/documentos_referencias_codigo_etica.html) Acesso em: 18 de mai. de 2020.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. A. Revisão bibliográfica em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (Org.). **A bússula do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-44

ANDRADE, M. S. Rumos e diretrizes dos cursos de Psicopedagogia: análise crítica do surgimento da Psicopedagogia na América Latina. **Cadernos de Psicopedagogia**, v.3, n. 6, 70-71, jun. 2004.

BOSSA, N. A. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. RS, Artmed, 2007.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COSTA, A. A.; PINTO, T. M. G.; ANDRADE, M. S. Análise histórica do surgimento da Psicopedagogia no Brasil. **Id on Line Revista de Psicologia**, Julho de 2013, vol.1, n.20, p. 10-21.

DROUET, R. C. da R. **Distúrbios da aprendizagem**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

FAGALI, E. Q.; VALE, Z. D. R. do. **Psicopedagogia institucional aplicada: aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 1993.

FERNANDEZ, A. **A inteligência aprisionada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LOMONICO, C. F. **Psicopedagogia: Teoria e Prática**. 1ª edição. São Paulo: EDICON, 1992.

MASINI, E.F.S (Org.). **Psicopedagogia na escola: buscando condições para a Aprendizagem Significativa**. São Paulo: Loyola & Unimarco, 1993.

PERES, M. R. Psicopedagogia: aspectos históricos e desafios atuais. **Revista de Educação**, PUC-Campinas, v.3, n. 5, p. 41-45, novembro, 1998.

RAMOS, G. P. Psicopedagogia: Aparando Arestas Pela História. **VIDYA**, v. 27, n. 1, p. 9-20, jan./jun., 2007 - Santa Maria, 2009.

VERCELLI, L. C. A. **A psicologia da educação na formação docente**. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade Nove de Julho - UNINOVE, 2007.

WEISS, M. L. L. **Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. 14. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.